

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO****SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
ASSESSORIA TÉCNICA DE LICITAÇÃO****EDITAL****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2021**

(processo nº 2020.0.000031422-4)

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, por intermédio da Assessoria Técnica da Licitação, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **menor preço, sob o regime de empreitada por preço global**. A licitação será regida pela Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/2019, Decreto nº 7.892/2013, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 8.538/2015, Resolução TSE nº 23.234/2010 e Resolução CNJ nº 182/2013, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993, bem como pelas condições estabelecidas neste Edital.

**DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO****DIA: 08 de setembro de 2021.****HORÁRIO: 11h00 (horário de Brasília).****Endereço eletrônico: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)****Código UASG: 070017****1. DO OBJETO**

1.1. A presente licitação tem como objeto a **aquisição de dois bancos de memória a serem instalados em dois firewalls, modelo 15.600, de fabricação da empresa Check Point Software Technologies Ltda, registrados com os códigos padronizados de identificação do fabricante (part number), incluindo a instalação e o suporte do contratada por 12 meses**, conforme as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Havendo divergência entre as especificações constantes no sistema eletrônico e as contidas neste Edital, prevalecerão estas.

1.2. Integram o presente edital, os seguintes anexos:

ANEXO I. TERMO REFERÊNCIA

ANEXO II. DOS PREÇOS ESTIMADOS

ANEXO III. PROPOSTA PADRÃO

ANEXO IV. MINUTA DE CONTRATO

**2. DO PREÇO ESTIMADO**

2.1. O preço global desta licitação foi estimado em **R\$ 157.143,00 (cento e cinquenta e sete mil e cento e quarenta e três reais)**, sendo esse o limite máximo para a contratação.

**3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste Pregão, observadas as condições abaixo, os interessados com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3/2018.

3.2. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

a) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital, cumprindo os requisitos de habilitação e de conformidade de sua proposta;

b) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49, caso seja microempresa ou empresa de pequeno porte/cooperativa, quando for o caso;

- c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- e) que cumpre os requisitos do Decreto nº 7.174/2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência, quando for o caso.

3.2.1. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição deste subitem sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

### 3.3. Não poderão participar desta licitação os licitantes:

3.3.1. Impedidos de participar de licitação e celebrar contratos administrativos com este Tribunal, com a União ou declarados inidôneos perante a Administração Pública, na forma da legislação vigente.

3.3.2. Enquadrados nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93.

3.3.3. Cuja falência tenha sido decretada, em processo de recuperação judicial, sem plano de recuperação acolhido judicialmente, em recuperação extrajudicial, em concurso de credores ou em processo de dissolução ou liquidação.

3.3.4. Cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste pregão.

3.3.5. Reunidos sob forma de consórcio.

3.3.6. Cooperativas, quando a natureza do serviço demandar relação de subordinação entre os cooperados e a cooperativa, bem como pessoalidade e habitualidade.

3.3.7. Organização da sociedade civil de interesse público – OSCIP, conforme Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário.

3.3.8. Empresa que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação (art. 7º, inciso II, da Resolução do TSE nº 23.234, de 25/3/2010 e art. 2º, inciso VI, da Resolução do CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução nº 229, de 22/6/2016).

3.3.8.1. As vedações constantes no subitem 3.3.8 se estendem às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como as licitações iniciadas até 6 meses após a desincompatibilização. (art. 2º, §3º da Resolução do CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução nº 229, de 22/6/2016).

3.3.8.2. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório. (art. 2º, §4º da Resolução do CNJ nº 7, de 18/10/2005, alterada pela Resolução nº 229, de 22/6/2016).

3.3.9. Empresa que tenha entre seus empregados cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (art. 7º, inciso I, da Resolução do TSE nº 23.234, de 25/3/2010).

## 4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento do licitante deverá ser realizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, através do Portal de Compras do Governo Federal, no sítio <https://www.gov.br/compras>, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1. O licitante deverá manter seu cadastro atualizado no SICAF.

4.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

4.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do TRE-RJ por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

## 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta e os documentos de habilitação exigidos no **item 10** deste edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão.

5.1.1. O licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação apresentados até a abertura da sessão pública, quando será encerrada automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.1.2. O licitante poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação contemplados no SICAF, desde que válidos.

5.2. A proposta de preços deverá ser elaborada em campo específico do sistema eletrônico, mediante preenchimento dos seguintes campos:

- a) preço unitário e total de cada item; e
- b) descrição do objeto ofertado.

5.3. Nos valores propostos deverão estar incluídos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto da contratação.

5.4. Os valores unitários e totais ofertados deverão observar o limite de 2 casas decimais após a vírgula, podendo o pregoeiro solicitar ao licitante a adequação do preço final ofertado, na fase de aceitação.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Na etapa prevista neste item, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após a fase de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances, ocasião em que poderá ser solicitada documentação complementar para confirmação daqueles já apresentados.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A abertura da sessão pública será realizada pelo pregoeiro na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, através no sítio: <https://www.gov.br/compras>.

6.2. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.3. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

6.3.1. O pregoeiro poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.4. Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da etapa de envio de lances.

6.5. O pregoeiro se comunicará com os licitantes através de campo próprio do sistema.

## 7. DO ENVIO DE LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e valor consignados no registro de cada lance.

7.2. O lance deverá ser ofertado pelo preço unitário de cada item que integra o lote, sendo o preço total do lote considerado para fins de classificação no certame.

7.3. O licitante somente poderá oferecer preço inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.4. Será adotado para o envio de lances o **modo de disputa “aberto e fechado”**, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.4.1. A etapa de lances terá duração **15 minutos** e, após o término desse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento aleatório no período de até **10 minutos**, encerrando automaticamente a recepção de lances.

7.4.2. Encerrado o prazo aleatório de até **10 minutos**, o sistema concederá oportunidade para que o autor da oferta de preço mais baixo e os autores das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até **5 minutos**, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.4.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições do subitem anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até **5 minutos**, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.4.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará os lances automaticamente.

7.4.5. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até **5 minutos**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.4.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.7. Se durante a etapa de lances, o pregoeiro perder a conexão com o sistema, e este permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.7.1. Caso a desconexão do pregoeiro persista por tempo superior a **10 minutos**, a sessão do pregão será suspensa e somente poderá ser reiniciada após **24 horas** da comunicação do fato aos licitantes no sistema.

## 8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

8.1. Após a etapa de lances, nos itens/lotes, cuja participação NÃO seja exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

8.2. Serão consideradas empatadas as propostas das microempresas ou empresas de pequeno porte iguais ou até 5% superiores ao menor preço, procedendo-se ao desempate da seguinte forma:

- 8.2.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preços inferior àquela considerada vencedora do certame, mediante convocação automática do sistema, no prazo de **5 minutos**.
- 8.2.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte convocada não exerça o direito previsto no subitem anterior, serão convocadas as demais que se enquadrem na hipótese do **subitem 8.2**, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito.
- 8.2.3. No caso de equivalência dos preços ofertados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na hipótese do **subitem 8.2**, o sistema realizará um sorteio entre elas, convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.
- 8.2.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de **5 minutos**, terá precluído o direito previsto na Lei Complementar nº 123/2006.
- 8.3. Havendo empate entre propostas ou lances e ausência de desempate de ME/EPP, aplicar-se-á o critério de desempate do no art. 3º, §2º da Lei nº 8.666/1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:
- a) produzidos no país;
  - b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
  - c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
  - d) produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da previdência social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 8.4. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

## 9. DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DA PROPOSTA

- 9.1. Após a etapa de envio de lances, o pregoeiro encaminhará, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o melhor preço para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação de condições diferentes das previstas no Edital.
- 9.2. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro convocará o licitante classificado em primeiro lugar para encaminhar, no **prazo máximo de 2 horas**, a contar da convocação do anexo no sistema, os seguintes documentos, sob pena de recusa da proposta:
- 9.2.1. Proposta de preços adequada ao lance final ofertado ou preço negociado, conforme modelo do **Anexo III** do Edital.
  - 9.4.2. Folder, catalogo ou documentos do fabricante ou a indicação de página da internet, que contenham informações suficientes para comprovar a adequação dos bancos de memória (item 1) às especificações técnicas contidas no item 5 do Termo de Referência - Anexo I do edital.
    - 9.4.2.1. A exigência acima poderá ser dispensada, a critério do pregoeiro, quando for possível a verificação das características por outros meios;
- 9.3. As propostas serão examinadas quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação aos limites máximos estipulados no **Anexo II** do Edital, observado o critério de julgamento do menor preço total do item/lote:
- 9.4. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica de outros setores do TRE-RJ para orientar sua decisão.
- 9.5. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado.
- 9.6. Não serão aceitas propostas com preço superior ao máximo estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.
- 9.7. Se a proposta não for aceitável, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que atenda a este Edital.

## 10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1. A habilitação do licitante será verificada pelo pregoeiro através de consulta ao SICAF (níveis de cadastro I, II, III e VI) e da documentação especificada neste item, conforme o caso.
- 10.1.1. Os documentos que não estiverem contemplados no SICAF ou que estejam com a validade vencida, deverão ser anexados ao sistema, no momento de cadastramento da proposta, conforme **item 5** deste Edital.
  - 10.1.2. Somente poderão ser enviados posteriormente, os documentos complementares necessários à confirmação dos documentos de habilitação exigidos neste item e apresentados na forma do **item 5**.
- 10.2. Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será exigido:
- 10.2.1. Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social).
  - 10.2.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS).
  - 10.2.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT).
- 10.3. Para fins de comprovação da qualificação técnica será exigido:
- 10.3.1. Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) que a empresa executou serviços de instalação, configuração em equipamentos firewall e prestação de suporte para sistema de Firewall/Gateway VPN, com atualização de software e correções de segurança, todos de fabricação da empresa Check Point Software Technologies Ltda.

10.3.1.1. Os licitantes deverão disponibilizar, quando solicitado pelo pregoeiro, todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados.

10.3.2. Carta de parceria ou referência no site oficial do fabricante Check Point Software Technologies Ltda. (endereço eletrônico), de forma a comprovar que é o fornecedor e parceiro oficial do fabricante Check Point.

10.4. Para fins de comprovação da qualificação econômico-financeira será exigido:

10.4.1. Certidão Negativa de Falência e/ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

10.5. Será verificada, durante a etapa de habilitação, a existência de registro impeditivo da contratação e eventual descumprimento das vedações previstas no **subitem 3.3** em nome do licitante e de seu sócio majoritário, mediante consulta ao:

I. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

II. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa – CNJ;

III. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas, Suspensas e Punidas – CEIS/CNEP – Portal da Transparência; e

IV. Sistema de Licitantes Inidôneos – TCU.

10.5.1. As consultas previstas nos incisos II, III e IV poderão ser substituídas pela Consulta Consolidada da Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

10.6. Caso conste no SICAF a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas do licitante, o pregoeiro diligenciará para verificar se há indícios de fraude, por meio de vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros fatores.

10.6.1. Havendo indícios suficientes, o pregoeiro submeterá os autos para análise da autoridade superior, sendo assegurado ao licitante o contraditório e a ampla defesa.

10.6.2. Constatada burla à Lei de Licitações, a autoridade superior procederá à desconsideração da personalidade jurídica, sendo o licitante inabilitado no certame, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.7. O pregoeiro poderá consultar sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, o que constitui meio de prova, para fins de habilitação dos licitantes.

10.8. Caso o licitante pretenda executar o objeto desta licitação por intermédio da filial, deverá informar o CNPJ desse estabelecimento na proposta, visando à comprovação de sua regularidade fiscal.

10.8.1. Se o estabelecimento não for cadastrado ou encontrar-se irregular perante o SICAF, o licitante deverá apresentar todos os documentos de regularidade fiscal em nome deste, no prazo e na forma estabelecidos no **item 5**.

10.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista de microempresa e empresa de pequeno porte, será assegurado o prazo de **5 dias úteis** para regularização da documentação, com a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, a contar da divulgação do resultado da fase de habilitação.

10.9.1. O prazo previsto acima poderá ser prorrogado mediante requerimento do licitante, devidamente justificado, podendo ser concedido a critério deste Tribunal.

10.9.2. A não regularização da documentação nos prazos previstos acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

10.10. Em caso de dúvida em relação a documento digital apresentado durante certame, o pregoeiro poderá solicitar a apresentação de documentos originais ou cópias autenticadas, no prazo de **3 dias úteis**.

10.11. Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que atenda a este Edital.

10.12. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor.

## 11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema.

11.1.1. Havendo intenção, o pregoeiro verificará as condições de admissibilidade do recurso quanto à tempestividade e à motivação, aceitando ou não a intenção de recurso, justificadamente.

11.2. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 dias**, ficando os demais licitantes intimados, se desejarem, para apresentarem suas contrarrazões, através sistema, no prazo de **3 dias**, contado da data final do prazo da recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

## 12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(es), por ato do pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### 13. DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Não se aplica.

### 14. DA CONTRATAÇÃO E DA GARANTIA

14.1. Após a homologação da licitação, será firmado contrato, conforme **Anexo IV** do Edital.

14.2. O prazo para assinatura do contrato ou aceite da nota de empenho será de, no máximo, **5 dias úteis**, contados da convocação deste Tribunal para a sua formalização, sob pena de decair o direito à contratação, sujeito às sanções legais cabíveis.

14.2.1. O prazo do subitem acima poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo licitante, de forma justificada e aceita pelo TRE-RJ.

14.3. Para assinatura do contrato, o licitante vencedor deverá apresentar procuração do representante legal da empresa e/ou contrato social e documento de identidade, que terão sua autenticidade conferidas.

14.4. Será verificado, por meio do SICAF e de outros meios, a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

14.5. Na hipótese da empresa vencedora não assinar o contrato, o pregoeiro convocará outro licitante em nova sessão pública, na ordem de classificação, para examinar a proposta e requisitos de habilitação e, assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

### 15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta:

I - não assinar o contrato ou ata de registro de preços;

II - não entregar a documentação exigida no edital;

III - apresentar documentação falsa;

IV - causar o atraso na execução do objeto;

V - não manter a proposta;

VI - falhar na execução do contrato;

VII - fraudar a execução do contrato;

VIII - comportar-se de modo inidôneo;

IX - declarar informações falsas; e

X - cometer fraude fiscal.

15.2. Nas contratações por meio do sistema de registro de preços, as disposições acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada por este Tribunal.

15.3. Poderão ser aplicadas à contratada as sanções previstas na Lei nº 8.666/1993 de forma subsidiária.

15.4. Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, os danos dela decorrentes, as circunstâncias e os antecedentes da contratada.

15.5. A aplicação de qualquer penalidade realizar-se-á em processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

15.6. A responsabilidade por atos praticados no decorrer da contratação encontra-se prevista no Termo de Referência.

### 16. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

16.1. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser enviados a este Tribunal até às **19h00 do 3º dia útil anterior** à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente, por meio do endereço eletrônico: [licita@tre-rj.jus.br](mailto:licita@tre-rj.jus.br).

16.2. O pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidirá sobre os pedidos de esclarecimentos e sobre a impugnação no prazo de **2 dias úteis**, contado da data do recebimento de ambos.

16.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital.

16.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação ou pedido de esclarecimento é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

16.5. As respostas aos pedidos de esclarecimento e impugnações serão divulgadas no sistema eletrônico e na página do TRE-RJ e vincularão os participantes e a Administração.

16.6. Acolhida a impugnação contra este Edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 17. DO PAGAMENTO

17.1. Conforme regras definidas na Minuta de Contrato.

## 18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A Assessoria Técnica de Licitação está disponível para atendimento ao público, no horário de 11h00 a 19h00, na Av. Presidente Wilson, nº 194, 1º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.030-021, através dos telefones (21) 3436-8155/ 8156 / 8157 ou e-mail: **licita@tre-rj.jus.br**.

18.1.1. Em virtude da pandemia de COVID-19 e a suspensão temporária do expediente presencial, o atendimento ao público está sendo realizado somente através dos telefones e e-mail informados no subitem acima.

18.2. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

18.3. Os horários estabelecidos no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

18.4. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784/1999.

18.5. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, que decidirá com base nos princípios e na legislação em vigor.

18.6. O TRE poderá revogar ou anular esta licitação, no todo ou em parte, nos termos do art. 50 do Decreto 10.024/2019.

18.7. Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame o foro competente é o da Seção Judiciária da Justiça Federal na Capital do Estado do Rio de Janeiro, excluído qualquer outro.

---

**O TERMO DE REFERENCIA SERÁ JUNTADO AO FINAL DO EDITAL, APÓS A MINUTA DE CONTRATO - ANEXO V**

---

### ANEXO II. DOS PREÇOS ESTIMADOS

LOTE ÚNICO				
ITEM	QUANTIDADE	PART NUMBER	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	PREÇO TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	2	CPAC- RAM32GB- 15600	Banco de Memória de 32 GB para os 2 Firewalls 15600 do Fabricante Check Point, conforme especificações contidas no Termo de Referência. CATMAT: 11274	134.105,16
2	1	CPCES- CO- PREMIUM	Suporte da revenda do Fabricante Check Point, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência. (CATSER: 27103)	19.209,68
3	1	-	Instalação dos Bancos de Memórias do Fabricante Check Point, conforme especificações e condições contidas no Termo de	3.828,25

			Referência (CATSER: 27111)	
--	--	--	-------------------------------	--

**ANEXO III. MODELO DE PROPOSTA PADRÃO**

LOTE ÚNICO					
Item	Quantidade	Especificação	Part-Number	Preço Unitário	Preço Total
1	2	Banco de Memória de 32 GB para os 2 Firewalls 15600 do Fabricante Check Point, conforme especificações contidas no Termo de Referência.	CPAC-RAM32GB-15600		
2	1	Suporte da revenda do Fabricante Check Point, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência.	CPCES-CO-PREMIUM		
3	1	Instalação dos Bancos de Memórias do Fabricante Check Point, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência	-----		

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) DIAS

EMPRESA:

CNPJ:

INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL:

ENDEREÇO:

NOME CONTATO:

TELEFONE:

E-MAIL:

DADOS BANCÁRIOS:

BANCO:

AGÊNCIA:

CONTA CORRENTE:

Obs: O número da inscrição estadual e/ou municipal, conforme o objeto e a indicação do CNPJ da filial ou do estabelecimento do licitante que emitirá as notas fiscais referentes à execução do objeto.

---

Assinatura do Representante Legal



### MINUTA DE CONTRATO – ANEXO IV

**CONTRATO Nº..../..... QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, E.....PARA A AQUISIÇÃO DE DOIS BANCOS DE MEMÓRIA A SEREM INSTALADOS EM DOIS FIREWALLS, MODELO 15.600, DE FABRICAÇÃO DA EMPRESA CHECK POINT SOFTWARE TECHNOLOGIES LTDA, REGISTRADOS COM OS CÓDIGOS PADRONIZADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE (PART NUMBER), INCLUINDO A INSTALAÇÃO E O SUPORTE DO CONTRATADA POR 12 MESES.**

**CONTRATANTE:** União, por intermédio do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, com sede na Avenida Presidente Wilson, nº 198, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, inscrito no CNPJ sob o nº 06.170.517/0001-05, representado pela Diretora-Geral ....., de acordo com a delegação de atribuições contidas no Ato do Gabinete da Presidência nº 71/2021.

**CONTRATADA:** ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., estabelecida na (inserir endereço completo), representada por (inserir nome completo), portador da Carteira de Identidade nº ....., expedida pelo (órgão expedidor/unidade da federação), e CPF sob o nº ....., de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por (procuração/contrato social/estatuto social).

As CONTRATANTES resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 15/2021, instruído através do processo TRE nº 2020.0.000031422-4 com fundamento nas Leis nº 8.666/1993 e Lei nº10.520/2002, e vinculado ao Edital e anexos, bem como à proposta vencedora, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato é a **aquisição de dois bancos de memória a serem instalados em dois firewalls, modelo 15.600, de fabricação da empresa check point software technologies ltda, registrados com os códigos padronizados de identificação do fabricante (part number), incluindo a instalação e o suporte do contratada por 12 meses**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência - Anexo I do Edital e quantitativos abaixo:

LOTE ÚNICO					
Item	Quantidade	Especificação	Part-Number	Preço Unitário	Preço Total
1	2	Banco de Memória de 32 GB para os 2 Firewalls 15600 do Fabricante Check Point, conforme especificações contidas no Termo de Referência.	CPAC-RAM32GB-15600		
2	1	Suporte da revenda do Fabricante Check Point, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência.	CPCES-CO-PREMIUM		
3	1	Instalação dos Bancos de Memórias do Fabricante Check Point, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência	-----		

1.2. O objeto será executado em regime de empreitada por preço global.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. O valor do presente contrato é de R\$ .....  
(.....).

2.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas desta contratação para o exercício de ....., no valor de R\$ ....., correrá por conta do elemento ....., relativo ao Programa de Trabalho Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral, do Orçamento do TRE/RJ, conforme Nota de Empenho nº \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, ficando a despesa no valor de R\$..... (.....) a ser empenhada no exercício de \_\_\_\_, à conta das dotações previstas para atenderem as despesas de mesma natureza.

## CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato terá vigência de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ a \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento.

## CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA

5.1 O prazo de garantia dos bancos de memórias é de \_\_\_\_\_ meses e será contado a partir do aceite definitivo dos equipamentos.

5.2 Durante o período de garantia, a contratada prestará assistência técnica contra defeitos de fabricação e suporte técnico referente ao uso de recursos dos itens adquiridos e à solução de problemas de funcionamento, durante a utilização normal do equipamento, independente da existência de falha material, utilizando a sua revenda credenciada.

5.3 Deverá haver uma Central de Atendimento para abertura de chamado de Assistência Técnica, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (08h00 às 18h00), indicando 0800 ou número local.

5.4 O atendimento será do tipo “on site” mediante manutenção corretiva nas dependências do TRE-RJ, localizado na capital do Rio de Janeiro, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (08h00 às 18h00, por profissionais especializados e deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo a substituição dos bancos de memórias, ajustes, reparos e correções necessárias com prazo máximo para solução de problemas de 4 dias úteis, contados após a abertura do chamado, sem ônus adicional para o TRE-RJ.

5.5 A substituição dos bancos de memórias, de marcas e/ou modelos diferentes dos originais cotados pela contratada, somente poderá ser efetuada mediante análise e autorização do TRE-RJ.

5.6 Todos os Bancos de Memórias deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do(s) equipamento(s), sendo sempre “novos e de primeiro uso”.

5.7 Com vistas à destinação final ambientalmente adequada dos bens e/ou peças que venham a ser recolhidos em virtude de substituição em garantia, a contratada deverá declarar os responsáveis pelo recolhimento (se o próprio contratante ou outros) e especificar a destinação final dos bens e/ou peças (se o próprio fabricante ou outros).

5.8 Os Níveis mínimos de serviço exigidos estão descritos na Tabela 3, conforme abaixo:

Prazo para Atendimento de Chamados – PAC		
Descrição	Prazo máximo para Solução de solicitações (chamados) de manutenção ou suporte técnico.	
Fórmula de Cálculo	Apuração do tempo de resolução de uma solicitação de manutenção ou suporte técnico, a partir de controles do próprio TRE-RJ, tendo por base a data e o horário de abertura e fechamento do chamado.	
Nível Mínimo	Severidade do Chamado	Prazo Máximo para Solução (contado a partir da hora de abertura do chamado)

de Serviço	<b>URGENTE</b>	<b>2 horas</b>
	<b>IMPORTANTE</b>	<b>6 horas</b>
	<b>INFORMAÇÃO</b>	<b>24 horas</b>
<b>Ponto de Controle</b>	Solicitações abertas na central de atendimento da contratada.	
<b>Glosa</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Glosa de 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) sobre o valor total do objeto do contrato, por hora de atraso na solução de chamados abertos com <b>severidade 1 - Urgente</b>, limitado a 04 (quatro) horas, quando poderão ser adotadas providências administrativas para rescisão do contrato por inexecução parcial do objeto.</li> <li>2. Glosa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total do objeto do contrato, por hora de atraso na solução de chamados abertos com <b>severidade 2 - Importante</b>, limitado a 24 (vinte e quatro) horas, quando poderão ser adotadas providências administrativas para rescisão do contrato por inexecução parcial do objeto.</li> <li>3. Glosa de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor total do objeto do contrato, por dia útil de atraso na resolução de chamados abertos com <b>severidade 3 - Informação</b>, limitado a 48 (quarenta e oito) horas, quando poderão ser adotadas providências administrativas para rescisão do contrato por inexecução parcial do objeto.</li> </ol>	

Tabela 3 – Indicador: Prazo para Atendimento de Chamados

## CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### 6.1. Do CONTRATANTE:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas;
- b) comunicar à contratada a ocorrência de quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato, fixando prazo para seja sanado o problema;
- c) efetuar o pagamento devido pela execução dos serviços, desde que cumpridas pela CONTRATADA todas as formalidades e exigências do Edital e seus anexos.

### 6.2. Da CONTRATADA:

- a) executar o objeto deste Contrato conforme as determinações previstas no Termo de Referência - Anexo I do Edital;
- b) manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação;
- c) responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- d) não transferir ou ceder a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato;
- e) não subcontratar, ressalvados os casos de subcontratação parcial do objeto, quando autorizado pela Administração.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 As condições de pagamento estão previstas no subitem 4.7 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

## CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

8.1. O preço pelo qual será contratado o serviço será fixo e irrevogável durante a vigência da contratação.

8.2. Nos casos que couber a prorrogação do contrato, observado o interregno mínimo de 12 meses, contados da data de apresentação da proposta, o preço contratado poderá, com base na variação do IPCA, mantido pelo IBGE ou, no caso de extinção deste, em outro índice que venha a substituí-lo.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1. As sanções administrativas estão previstas no subitem 4.11 do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

10.1. Da aplicação das sanções definidas na Cláusula anterior caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei nº 8.666/93, observados os prazos e procedimentos ali estabelecidos.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES**

11.1. O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, na ocorrência superveniente de quaisquer das hipóteses previstas no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO**

12.1. O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurada à CONTRATADA o direito ao contraditório e à prévia e ampla defesa.

12.3. A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da decisão da autoridade competente em processo administrativo.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE**

13.1. O extrato do presente Contrato será publicado no Diário Oficial, conforme o disposto no art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

14.1. O foro competente será o da Seção Judiciária da Justiça Federal, na Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer questão relativa ao presente Contrato.

E por estar justo e acordado, depois de lido e achado conforme, foi o presente Contrato lavrado em 2 vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, .... de ..... de .....

---

**Diretora-Geral do TRE/RJ**

**EMPRESA**

**TESTEMUNHAS:**

**NOME:****CPF:****NOME:****CPF:**

---

**REJANE LOPES DE OLIVEIRA**  
**ASSESSOR(A) TÉCNICO(A) DE LICITAÇÃO**



Documento assinado eletronicamente em 23/08/2021, às 15:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1907383** e o código CRC **7E653C87**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.

---



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**

### **SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COORDENADORIA DE INFRAESTRUTURA SEÇÃO DE SUPORTE ÀS REDES LOCAIS**

PROCESSO Nº 2020.0.000031422-4

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1 Objeto - (Art. 18, § 3º, I)**

Aquisição de 2 (dois) bancos de memória a serem instalados em 2 (dois) Firewalls, modelo 15.600, de fabricação da empresa Check Point Software Technologies Ltda, devidamente registrados com os códigos padronizados de identificação do fabricante (Part Number), incluindo a instalação e o suporte do contratada por 12 meses.

#### **2 Fundamentação da Contratação - (Art. 18, § 3º, II)**

##### **2.1 Motivação - (Art. 18, § 3º, II, a)**

A aquisição destes bancos de memórias vem garantir a alta disponibilidade, para suportar o tráfego remoto de um elevado número de usuários, simultaneamente, fato este ocasionado pela pandemia ocasionada pelo vírus COVID-19, que gerou uma necessidade urgente de acesso remoto de maneira emergencial e extraordinária na realização de tarefas por parte dos usuários deste Tribunal.

Portanto, os 2 (dois) Firewalls instalados na Sede do TRE-RJ, precisam ser dimensionados para suportar tráfego remoto de um elevado número de usuários simultâneos, portanto, para que não haja comprometimento da atual infraestrutura, deverá ser necessário também adquirir bancos de memória para estes equipamentos.

Existem empresas que atuam no mercado que são credenciadas indicadas a fazerem instalar, prestar suporte, realizar manutenção em equipamentos de fabricação Check Point. Tendo em vista a necessidade de compatibilidade técnica entre a tecnologia oferecida pela Check Point e a sua manutenção, defende-se que conste no edital a exigência de certificação do manuseio da tecnologia. Dessa forma, caso haja algum problema durante a execução do contrato, uma empresa com credenciamento do fabricante poderá se responsabilizar por eventual instalação. Frise-se que os Firewalls 15.600 (equipamentos onde serão instalados os bancos de memória do fabricante Check Point) são elementos ativos muito importantes dentro da infraestrutura de rede, visto que,

através destes equipamentos, trafega toda a comunicação de dados do Tribunal para qualquer ambiente computacional externo;

## **2.2 Objetivos a serem alcançados - (Art. 18, § 3º, II, b)**

Dentro da estratégia de segurança de Comunicação de Dados adotada pela Justiça Eleitoral, é relevante frisar que, com a aquisição dos itens propostos, será possível implementar, de forma segura e com performance, os mecanismos de acesso remoto dos usuários de toda as Unidades Judiciárias fluminense (Cartórios Eleitorais, Núcleos Administrativas e locais de evento pontuais) ao Banco de Dados do TRE-RJ, utilizando qualquer tipo de acesso à internet em banda larga e não comprometer a infraestrutura atual.

## **2.3 Benefícios resultantes da contratação - (Art. 18, § 3º, II, c)**

Esta aquisição permitirá aos usuários da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro a manutenção do mecanismo de acesso remoto extraordinário e emergencial, além da eventual futura realização de Teletrabalho, dentro da estratégia de segurança adotada pela Justiça Eleitoral.

## **2.4 Alinhamento estratégico - (Art. 18, § 3º, II, d)**

Esta aquisição contribuirá para o seguinte objetivo Estratégico do TRE-RJ 2016-2021: Aperfeiçoar a infraestrutura e governança de TIC

“Integrar, incrementar e modernizar soluções e estruturar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, tendo como premissas a otimização dos recursos, o uso de tecnologia limpa e o aproveitamento das boas práticas institucionais, garantindo confiabilidade, integridade, disponibilidade e acesso às informações, aos serviços e aos sistemas essenciais do TRE-RJ.”

Está alinhado com as resoluções do Conselho Nacional de Justiça – CNJ:

Resolução Nº 227 de 15/06/2016, que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário e outras providências, e a Resolução Nº 298 de 22/10/2019 que altera a Resolução nº 227/2016, de 15 de junho de 2016, que regulamenta o teletrabalho no âmbito do Poder Judiciário.

A contratação **não** está prevista no Plano Anual de Contratações, porém no processo SEI 2020.0.000031422-4, A DG autoriza a contratação (id 1113320).

## **2.5 Referência aos estudos preliminares - (Art. 18, § 3º, II, e)**

Este Termo de Referência foi elaborado com base no Documento de Oficialização de Demanda e nos Estudos Preliminares constantes no SEI registrado sob o número de **2020.0.000031422-4**.

## **2.6 Relação entre a demanda prevista e a contratada - (Art. 18, § 3º, II, f)**

Com relação aos bancos de memórias, definiu-se que será necessário 1 (um) banco de 32 GB para cada um dos 2 (dois) equipamentos Firewall Check Point modelo 15600.

## **2.7 Análise de mercado de Tecnologia da Informação e Comunicação Relação com o levantamento das soluções disponíveis e/ou contratadas por órgãos ou entidades da Administração Pública - (Art. 18, § 3º, II, g)**

Conforme informado no item 1.3 dos Estudos Preliminares para contratação deste objeto, não foram encontradas contratações públicas que contemplem o objeto proposto neste processo.

## **3 Forma de Seleção do Fornecedor**

### **3.1 Natureza do objeto - (Art. 18, § 3º, II, h)**

O objeto pretendido é de natureza comum no âmbito do mercado de tecnologia da informação, em virtude de tratar-se de produto cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

### 3.2 Parcelamento e adjudicação do objeto - (Art. 18, § 3º, II, i)

LOTE 1 -(único)

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE	ESPECIFICAÇÃO
1	Unidade	2	Banco de Memória para os 2 Firewalls instalados na Sede do TRE-RJ, conforme especificado neste TR.
2	Unidade	1	Suporte da revenda do Fabricante Check Point, conforme especificado neste TR
3	Unidade	1	Instalação dos Bancos de Memórias Check Point, conforme especificado neste TR

Tabela 1

#### 3.2.1 A contratação terá três itens, adjudicado a um único fornecedor;

Sugere-se o agrupamento dos itens da contratação em um único lote, pois a divisão poderá trazer prejuízos para o objetivo final almejado, conforme justificativa abaixo: Este tipo de contratação de um único fornecedor, responsável por fornecer todos os itens, permite definir claramente o responsável por eventual problema técnico causado por má implantação ou por falhas de projeto, além de simplificar e otimizar os processos de gerenciamento;

Sugere-se que a adjudicação seja realizada de forma global, ou seja, todos os itens que compõe o lote, objeto da contratação, deverão ser adjudicados a um único fornecedor

### 3.3 Tipo e Modalidade de licitação - (Art. 18, § 3º, II, j)

Em se tratando de objeto de natureza comum, sugere-se a adoção da modalidade “Pregão”, em sua forma eletrônica e do tipo “Menor Preço”.

Item 1 - Banco de Memória para os 2 Firewalls - elemento de despesa **4490.52.35**;

Item 2 - Suporte técnico - elemento de despesa **3390.40.11**;

Item 3 – Instalação dos Bancos de Memórias - elemento de despesa **3390.40.22**;

### 3.4 Impacto Ambiental - (Art. 18, § 3º, II, k)

A aquisição do item conforme **Tabela 1** do item 3.2 não acarretará impactos ambientais, pois se trata banco de memórias que serão introduzidos no interior de equipamentos Firewall que já estão em operação.



### **3.5 Conformidade técnica e legal - (Art. 18, § 3º, II, I)**

Em virtude das especificidades da aquisição relacionada aos itens deste termo, não se vislumbrou nenhuma norma regulamentadora e conformidades técnicas relacionadas aos itens propostos.

### **3.6 Obrigações do Contratante - (Art. 18, § 3º, II, m)**

**3.6.1** Prestar todas as informações e esclarecimentos pertinentes à solução contratada, que venham a serem solicitados pela contratada;

**3.6.2** Proporcionar à contratada todas as facilidades indispensáveis ao bom cumprimento das obrigações contratuais;

**3.6.3** Permitir acesso dos profissionais ou representantes da contratada às dependências do TRE-RJ relacionadas à execução do objeto, mediante acompanhamento e supervisão das respectivas áreas técnicas do Tribunal;

**3.6.4** Proporcionar os recursos técnicos e logísticos necessários para que a contratada possa executar o objeto, conforme as especificações estabelecidas neste Termo de Referência;

**3.6.5** Exercer permanente acompanhamento e fiscalização da execução do(s) objetos(s), registrando as ocorrências relacionadas à execução do objeto contratado e determinando as medidas necessárias à regularização dos problemas e inconformidades observados;

**3.6.6** Comunicar oficialmente a contratada sobre quaisquer falhas verificadas no cumprimento do objeto contratado;

**3.6.7** Registrar os incidentes e problemas ocorridos durante a execução do contrato;

**3.6.8** Efetuar o pagamento devido pela execução do objeto dentro do prazo estipulado, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências contratuais.

### **3.7 Obrigações da Contratada - (Art. 18, § 3º, II, m)**

**3.7.1** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado, pelos técnicos do TRE-RJ, referente a qualquer problema detectado ou ao andamento de atividades previstas;

**3.7.2** Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos na Política de Segurança do TRE-RJ;

**3.7.3** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto relativo à execução do objeto contratado, respeitando todos os critérios de sigilo, segurança e inviolabilidade, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócio, documentos, entre outros.

**3.7.4** Apresentar as notas fiscais ou faturas, contendo a discriminação exata do item contratado. A apresentação da nota fiscal poderá ser realizada pela empresa via E-Mail ou por mensageiro ou por técnico após o recebimento e a configuração do objeto adquirido.

**3.7.5** Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da rejeição de equipamentos, materiais e serviços pela Equipe de Gestão da Contratação, bem como pelos atrasos decorrentes de tal rejeição.

**3.7.6** Deverá ser credenciada pelo Fabricante Check Point Software Technologies Ltda, pois os equipamentos que receberão os módulos de memória são de segurança essencial para o TRE-RJ.

**3.7.7** A Contratada, além de se responsabilizar pelo objeto proposto, também ficará responsável por qualquer dano causado aos 02(dois) Equipamentos Firewalls (modelo 15.600, de fabricação da empresa Check Point

Software Technologies Ltda), advindos de defeito, falha, imperícia ou negligência no fornecimento e execução dos itens 1 a 3, discriminados no subitem 3.3 deste Termo de Referência.

### **3.8 Critérios que deverão constar na habilitação**

**3.8.1** A contratada deverá, quando solicitada pelo pregoeiro, apresentar carta de parceria ou referência no site oficial do fabricante Check Point Software Technologies Ltda.(endereço eletrônico), de forma a comprovar que é o fornecedor e parceiro oficial do fabricante Check Point;

**3.8.2** Apresentar o(s) atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a experiência anterior do licitante na instalação, configuração em equipamentos Firewall e presta suporte para sistema de Firewall/Gateway VPN, com atualização de software e correções de segurança, todos de fabricação da empresa Check Point Software Technologies Ltda.

**3.8.3** Somente serão aceitos atestados de capacidade técnica expedido após a conclusão do respectivo contrato ou decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

**3.8.4** Quando solicitado pelo pregoeiro, os licitantes deverão disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados..

## **4 Modelo de Execução e Gestão do Contrato - (Art. 18, 3º §, Inciso III)**

### **4.1 Papéis e responsabilidades - (Art. 18, § 3º, III, a, 1).**

1. Patrocinador da Contratação: É o titular da área demandante, responsável por representar os interesses do TRE no contexto desta contratação, pela aprovação da necessidade e, por fim, pela negociação das ações necessárias para que os objetivos sejam alcançados.
2. Fiscal Demandante do Contrato: servidor representante da Área Demandante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicando pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos funcionais da solução;
3. Fiscal Técnico do Contrato: Servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
4. Fiscal Administrativo do Contrato: As funções de Fiscal Administrativo do Contrato são exercidas por diversas unidades do Tribunal, não cabendo, portanto, a um único servidor, conforme parecer da Assessoria Jurídica no protocolo 68.810/2015.

### **4.2 Da dinâmica de execução com a definição de etapas, logística de implantação, cronogramas, entre outros pertinentes (Art. 18, § 3º, III, a, 2)**

**4.2.1** O TRE-RJ fará as aquisições mediante a emissão nota de empenho, que deverá ser aceita pela empresa vencedora do certame, em, no máximo, 5 dias úteis, contados da convocação deste tribunal para a sua formalização, sob pena de decair o direito à contratação, sujeito às sanções legais cabíveis;

**4.2.2** O prazo do subitem acima poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo licitante, de forma justificada e aceita pelo TRE-RJ

**4.2.3** A entrega dos itens desta contratação deverão ser entregues à Seção de Suportes às Redes Locais – SEREDE ([serede@tre-rj.jus.br](mailto:serede@tre-rj.jus.br)), localizada na Av. Presidente Wilson, 198, sala 702 Castelo – CEP 20030-021 - Rio de Janeiro, no horário de 10h00 a 18h00. Telefones: (21) 3436-8166 / 3436-8065.

**4.2.4** O prazo de entrega dos Bancos de Memórias será de até 60 dias, contados da data do recebimento da nota de empenho e será emitido Emissão do Termo de Recebimento Provisório.

**4.2.5** Enquanto não expirado o prazo de entrega, a contratada poderá substituir o produto recusado pelo Tribunal. Para isso, o prazo de entrega considerar-se-á suspenso durante a fase de análise, reiniciando-se a contagem do prazo restante a partir da data da comunicação da recusa à empresa.

**4.2.6** A contratada poderá substituir os materiais recusados pelo Tribunal. Para isso, o prazo de entrega considerar-se-á suspenso durante a fase de análise, reiniciando-se a contagem do prazo restante a partir da data da comunicação da recusa à empresa.

**4.2.7** A contratada a partir do **Termo de Recebimento Provisório**, terá **cinco dias** para a realizar a instalação dos bancos de memória, onde terá **Início** do PFE – Período de Funcionamento Experimental.

**4.2.8** No final de mais cinco dias corrido, será o fim do de Início o PFE – Período de Funcionamento Experimental, onde será emitido o **Termo de Recebimento Definitivo**.

**4.2.9** Qualquer anormalidade ocorrida por causa de defeito no(s) Banco(s) de Memória(s) durante o prazo de 5 (cinco) dias do PFE – Período Funcionamento Experimental, a contratada deverá prestar todos os esclarecimentos julgados necessários, bem como a substituição dos Banco(s) de Memória(s) sem ônus para o Tribunal.

**4.2.10** Caso ocorra algum imprevisto técnico durante o PFE, será realizada nova contagem do prazo de 5 (cinco) dias corridos para validação do novo PFE. Esta contagem será reiniciada tantas vezes se fizer necessária até que não ocorra nenhum problema dentro dos 5 (cinco) dias corridos.

**4.2.11** A contratada ficará obrigada a trocar, às suas expensas, os materiais recusados pelo TRE-RJ, observando-se que o mero recebimento não caracteriza a aceitação do mesmo.

**4.2.12** A contratada deverá, obrigatoriamente, entregar a totalidade do material solicitado, sob pena das sanções legais cabíveis.

**4.2.13** Os dois Bancos de Memórias fornecidos deverão ser acondicionados e entregues em embalagens constituídas preferencialmente de materiais reciclados, recicláveis ou reutilizáveis, individualmente, com menor volume possível, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

**4.2.14** Os Bancos de Memórias deverão ser de primeiro uso e qualidade, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.

**4.2.15** O recebimento dos itens deste edital obedecerá às etapas e eventos descritos na tabela abaixo.

<b>Evento</b>	<b>Responsável</b>	<b>Prazo</b>
Assinatura do contrato	TRE-RJ e Contratada	Após a emissão da nota de empenho
Entrega dos 02 (dois) Bancos de Memórias.	Contratada	60 (sessenta) dias contados a partir da data do recebimento da Nota de Empenho pela contratada e, oportunidade na qual será emitido o Termo de Recebimento Provisório.
Instalação dos Bancos de Memórias nos	Contratada	5 (cinco) dias, contados a partir da do <b>Recebimento</b>

Equipamentos Firewall 15.600 CheckPoint e aprovadas pela equipe técnica do TRE.		<b>Provisório.</b>
<b>Início do PFE – Período de Funcionamento Experimental.</b>	TRE-RJ	O PFE tem início após a conclusão da instalação
<b>Fim do PFE – Período de Funcionamento Experimental.</b>	TRE-RJ	70 dias para Emissão do Termo do Recebimento Definitivo.
Início do período relativo de garantia dos bancos de memórias	Contratada	Na emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
Fim do período relativo a garantia dos bancos de memórias	Contratada	12 (doze) meses contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo

Tabela 2 – Etapas e eventos para implantação da solução

**4.2.16** A Contagem dos prazos constantes na tabela de etapas e eventos para implantação da solução será em dias corridos;

**4.2.17** Caso a conclusão de algum evento/etapa seja antecipada, os eventos/etapas subseqüentes serão automaticamente antecipados;

#### **4.3 Instrumentos formais de solicitação de fornecimento dos bens e/ou serviços (Art. 18, § 3º, III, a, 3)**

A solicitação do objeto contratado será realizada através da EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO

#### **4.4 Acompanhamento do Atendimento aos Prazos de Garantia e aos Níveis mínimos de serviço exigidos (Art. 18, § 3º, III, a, 4)**

**4.4.1** O prazo de garantia dos bancos de memórias deve ser de no mínimo 12 meses, e será contado a partir do aceite definitivo dos equipamentos.

**4.4.2** Durante o período de garantia, a contratada prestará assistência técnica contra defeitos de fabricação e suporte técnico referente ao uso de recursos dos itens adquiridos e à solução de problemas de funcionamento, durante a utilização normal do equipamento, independente da existência de falha material, utilizando a sua revenda credenciada.

**4.4.3** Deverá haver uma Central de Atendimento para abertura de chamado de Assistência Técnica, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (08h00 às 18h00), indicando 0800 ou número local.

**4.4.4** O atendimento será do tipo “on site” mediante manutenção corretiva nas dependências do TRE-RJ, localizado na capital do Rio de Janeiro, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), em horário comercial (08h00 às 18h00, por profissionais especializados e deverá cobrir todo e qualquer defeito apresentado, incluindo a substituição dos bancos de memórias, ajustes, reparos e correções necessárias com prazo máximo para solução de problemas de 4 dias úteis, contados após a abertura do chamado, sem ônus adicional para o TRE-RJ.

**4.4.5** A substituição dos bancos de memórias, de marcas e/ou modelos diferentes dos originais cotados pela contratada, somente poderá ser efetuada mediante análise e autorização do TRE-RJ.

**4.4.6** Todos os Bancos de Memórias deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação do(s) equipamento(s), sendo sempre “novos e de primeiro uso”.

**4.4.7** Com vistas à destinação final ambientalmente adequada dos bens e/ou peças que venham a ser recolhidos em virtude de substituição em garantia, a contratada deverá declarar os responsáveis pelo recolhimento (se o próprio contratante ou outros) e especificar a destinação final dos bens e/ou peças (se o próprio fabricante ou outros).

**4.4.8** Os Níveis mínimos de serviço exigidos estão descritos na Tabela 3, conforme abaixo:

Prazo para Atendimento de Chamados – PAC		
Descrição	Prazo máximo para Solução de solicitações (chamados) de manutenção ou suporte técnico.	
Fórmula de Cálculo	Apuração do tempo de resolução de uma solicitação de manutenção ou suporte técnico, a partir de controles do próprio TRE-RJ, tendo por base a data e o horário de abertura e fechamento do chamado.	
Nível Mínimo de Serviço	Severidade do Chamado	Prazo Máximo para Solução (contado a partir da hora de abertura do chamado)
	<b>URGENTE</b>	<b>2 horas</b>
	<b>IMPORTANTE</b>	<b>6 horas</b>
	<b>INFORMAÇÃO</b>	<b>24 horas</b>
Ponto de Controle	Solicitações abertas na central de atendimento da contratada.	
Glosa	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Glosa de 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) sobre o valor total do objeto do contrato, por hora de atraso na solução de chamados abertos com <b>severidade 1 - Urgente</b>, limitado a 04 (quatro) horas, quando poderão ser adotadas providências administrativas para rescisão do contrato por inexecução parcial do objeto.</li> <li>2. Glosa de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor total do objeto do contrato, por hora de atraso na solução de chamados abertos com <b>severidade 2 - Importante</b>, limitado a 24 (vinte e quatro) horas, quando poderão ser adotadas providências administrativas para rescisão do contrato por inexecução parcial do objeto.</li> <li>3. Glosa de 0,05% (cinco centésimos por cento) sobre o valor total do objeto do contrato, por dia útil de atraso na resolução de chamados abertos com <b>severidade 3 - Informação</b>, limitado a 48 (quarenta e oito) horas, quando poderão ser adotadas providências administrativas para rescisão do contrato por inexecução parcial do objeto.</li> </ol>	

Tabela 3 – Indicador: Prazo para Atendimento de Chamados

#### **4.5 Forma de comunicação e acompanhamento da execução do contrato entre o órgão e a empresa contratada (Art. 18, § 3º, III, a, 5).**

A Equipe de Gestão da Contratação acompanhará a execução contratual por meio das seguintes ferramentas: reunião inicial de alinhamento, reuniões agendadas caso se entenda a necessidade, de acompanhamento presencial no local de realização dos serviços ou por e-mail da unidade demandante técnica **serede@tre-rj.jus.br**.

#### **4.6 Recebimento provisório e definitivo (Art. 18, § 3º, III, a, 6)**

##### **4.6.1 Recebimento provisório**

O prazo de entrega dos Bancos de Memórias será de até 60 dias, contados da data do recebimento da nota de empenho e será emitido Emissão do Termo de Recebimento Provisório.

##### **4.6.2 Recebimento definitivo**

O recebimento definitivo será em até 70 dias corridos, contados da data do recebimento da nota de empenho quando será encerrado o pfe-período de funcionamento experimental.

#### **4.7 Forma de pagamento - (Art. 18, § 3º, III, a, 7)**

4.7.1. O pagamento será realizado no prazo de 30 dias, mediante apresentação da nota fiscal ou fatura, contado do recebimento definitivo do material, por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.

4.7.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993, serão efetuados no prazo de até 5 dias úteis, contados da data do atesto da nota fiscal, nos termos do art. 5º, §3º da mesma lei.

4.7.3. Quando o contratado for optante pelo Regime Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), para que não sofra a retenção de tributos, a nota fiscal deverá vir acompanhada da declaração de Optante pelo Simples, assinada pelo representante legal da contratada, na forma do anexo IV da IN RFB 1234/2012 com a redação dada pela IN RFB 1244/12.

4.7.4 A fiscalização tem o prazo de 5 dias para atestar a nota fiscal e encaminhá-la para pagamento, devendo ser observados os procedimentos previstos na IN DG nº 04/2012 (acessível em [www.tre-rj.jus.br](http://www.tre-rj.jus.br) - Legislação - Normas do TRE-RJ – Instruções Normativas da Diretoria Geral – filtrar pelo ano e número da norma).

4.7.5 Em caso de erro na nota fiscal, esta será devolvida à contratada e o prazo referido no subitem 3.1 retornará à contagem inicial.

4.7.6 Para fins de pagamento à contratada, será verificada a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

4.7.7 Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto daquele constante na proposta, deverá comprovar a regularidade fiscal e trabalhista de ambos os estabelecimentos.

4.7.8 No caso de atraso no pagamento provocado exclusivamente pela Administração, a contratada fará jus à atualização financeira, com juros de mora de 0,00016438% ao dia, alcançando-se 6% ao ano, multiplicados pelo número de dias de atraso entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela.

4.7.9 Na presente contratação será necessário discriminar separadamente os Danfes: 1) das memórias; e 2) o suporte técnico com a instalação.

4.7.10 As Notas fiscais poderão ser enviadas para o e-mail **serede@tre-rj.jus.br**, bem como a licitante deverá dispor de e-mail para comunicação com este tribunal.

#### **4.8 Forma de transferência de conhecimentos (Art. 18, § 3º, III, a, 8)**

Na presente contratação não será necessário transferência de conhecimento.

#### **4.9 Direitos de propriedade intelectual e autoral (Art. 18, § 3º, III, a, 9)**

Todos os projetos e documentos relativos à implantação da solução gerados ao longo do contrato serão de propriedade do TRE-RJ, o que permitirá a Seção de Suporte às Redes Locais do Tribunal, ter amplo conhecimento do projeto executado e possibilitará que futuras adequações, alterações ou melhorias possam ser efetuadas sem necessidade da empresa fornecedora da solução.

#### **4.10 Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução do contrato (Art. 18, § 3º, III, a, 10)**

Os profissionais deverão ser especializados no item que compõem a aquisição, comprovando com o certificado do fabricante da solução. É necessário, ainda, que tenham experiência mínima de 36 (trinta e seis) meses na solução de segurança da informação contendo equipamentos da Check Point Software Technologies Ltda.

Esta certificação é necessária para evidenciar uma garantia relativa que os serviços de instalação e configuração da solução sejam realizados com qualidade e correção, evitando procedimentos que não sejam aconselhados pelo fabricante.

#### **4.11 Penalidades - (Art. 18, § 3º, III, a, 11)**

**4.11.1** Ficará impedido de licitar e de contratar com a União, pelo prazo de até 5 anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta: I - não assinar o contrato ou ata de registro de preços; II - não entregar a documentação exigida no edital; III - apresentar documentação falsa; IV – causar o atraso na execução do objeto; V - não mantiver a proposta; VI - falhar na execução do contrato; VII - fraudar a execução do contrato; VIII - comportar-se de modo inidôneo; IX - declarar informações falsas; e X - cometer fraude fiscal

**4.11.2** Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a contratante poderá aplicar à contratada multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 20% do valor do contrato

**4.11.3** O valor da multa administrativa, apurado após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-RJ ou cobrado administrativamente.

**4.11.4** Em caso de atraso na execução do objeto desta licitação, poderá ser aplicada à contratada multa moratória equivalente a 0,25%, por dia útil, sobre o valor contratado do item, não ultrapassando o limite de 10% sobre este valor.

**4.11.5** O valor da multa moratória, apurado após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE-RJ ou cobrado administrativamente.

**4.11.6** O TRE-RJ poderá, previamente, liberar o pagamento de parte do valor contratado, condicionando a liberação do valor retido de até 20% do valor da fatura, à conclusão do procedimento apuratório de responsabilidade.

**4.11.7** Se a contratada não recolher o valor da multa que porventura lhe for aplicada dentro de 5 dias úteis a contar da data da intimação, serão então acrescidos os juros moratórios de 1% ao mês.

**4.11.8** Pela inexecução do objeto, garantido o direito à ampla defesa, poderão ser aplicadas à contratada as sanções administrativas previstas na Lei nº 10.520/2002, sujeitando-se, ainda, às sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, aplicada ao pregão subsidiariamente.

**4.11.9** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **5 Requisitos Técnicos - (Art. 18, § 3º, IV)**

### **1) Banco de Memória para 2 Firewalls Checkpoint 15.600**

Memory upgrade kit from 32GB for 15600 appliance CPAC-RAM32GB-15600, devidamente registrados com os código(s) padronizado(s) de identificação do fabricante (Part Number).

a) Ressalto que o Firewalls Checkpoint 15.600, permite operar com conjuntos de memória com capacidades de 16GB, 32GB ou 64GB, sendo que o total máximo permitido é de 64GB. Ou seja, segundo o manual técnico deste equipamento, ele pode operar com as seguintes especificidade:

**i)** Memory upgrade kit from 16GB to 32GB for 15600 appliance

A possibilidade de ter dois bancos de memórias de 16GB totalizando 32GB.

**ii)** Memory upgrade kit from 16GB to 64GB for 15600 appliance

A possibilidade de ter quatro bancos de memórias de 16GB totalizando 64GB.

**iii)** Memory upgrade kit from 32GB to 64GB for 15600 appliance

A possibilidade de ter dois bancos de memórias de 32GB totalizando 64GB

Considerando os 3 cenários apresentados e, que atualmente os equipamentos Firewalls operam com 1 (um) Banco de Memória de 32GB, a solução adotada será a de **iii**, ou seja, adquirir Banco de Memória com capacidade de 32GB, totalizando 64GB, o máximo permitido para este tipo de equipamento.

### **2) Suporte técnico**

O Suporte técnico é a garantia de que caso ocorra algum problema com os bancos de memória, a licitante garantirá a troca e instalação, dentro do prazo previsto de 1 (um) ano.

## **5.1 DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS ATUALMENTE INSTALADOS NO TRE-RJ**

**A seguir a solução existente de propriedade do TRE-RJ (Check Point Account ID 0008044276).**

Appliances 1430 - Check Point	
ITEM	DESCRIÇÃO / PART NUMBER
1	CPAP-SG143X-INV Check Point 1430 Appliance - INV
2	UPG-CPAP-SG1430-NGTP SW 1430 Security Appliance with Threat Prevention Security suite wired



<b>3</b>	CPSB-NGTP-1430-3Y Next Generation Threat Prevention Blades Package for 3 years for 1430 Appliance
<b>4</b>	CPCES-CO-STANDARD.100-R Collaborative Enterprise Support - Standard

<b>Gerência - Next Generation Security Management Software</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO / PART NUMBER</b>
<b>1</b>	CPSM-NGSM150 Next Generation Security Management Software for 150 gateways (SmartEvent & Compliance 1 year)
<b>2</b>	CPSB-EVS-150-3Y SmartEvent and SmartReporter for 150 gateways (Smart-1 & open server) 3 year
<b>3</b>	CPCES-CO-STANDARD.100-R
<b>4</b>	Suporte Técnico - Níveis 1 e 2

<b>Appliances 15.600 - Check Point</b>	
<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO / PART NUMBER</b>
<b>1</b>	CPAP-SG15600-NGTP-HPP Collaborative Enterprise Support -
<b>2</b>	CPSB-FW - .Firewall Blade
<b>3</b>	CPSB-VPN- Secure connectivity for offices and end users via sophisticated but easy to manage Site-on-Site VPN and flexible remote access.
<b>4</b>	CPSB-ADNS –Check Point Advanced Networking and Clustering Blade

5	CPSB-IA - Check Point Identity Awareness blade
6	CPSB-LOGS-For-GW - Logging and Status blade for Appliance
7	CPSB-NPM For -GW - Network Policy Management blade for Appliance

Additional Blades - Appliances 15.600 - Check Point	
ITEM	DESCRIÇÃO / PART NUMBER
1	CPSB-IPS-XL-2Y – IPS blade subscription for 2 years
2	CPSB-URLFL-XL - Check Point URL Filtering Blade for 2 years
3	CPSB-APLS-XL-2Y- Check Point Application Control Blade for 2 years.
4	CPSB-AV-XL-2Y–Check Point Anti-Virus Blade for 2 years
5	CPSB-ABOT-XL-2Y - Check Point Anti-Bot Blade for 2 years
6	CPSB-ASPM-XL-2Y – Anti-Spam and Email Security Blade subscription for 2 years.
7	CPSB-CTNT-XL-2Y – Content Awareness Blade for unified Access Policy for 2 years.
8	CPSB-MOB-U - Mobile Access Blade unlimited
9	CPSB-MOB-U-HA - Mobile Access Blade unlimited - HA

## 6 - Modelos (Art. 18, § 3º, V)

### 6.1 Proposta de preços

LOTE 1 – (ÚNICO)

Item	Qtde	Especificação	Part- Number	Empresa	Preço Unitário	Preço Total
1	2	Banco de Memória de 32 GB para os 2 Firewalls 15600 do Fabricante Check Point, conforme especificações contidas no Termo de Referência.	CPAC- RAM32GB- 15600			
2	1	Suporte da revenda do Fabricante Check Point, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência.	CPCES- CO- PREMIUM			
3	1	Instalação dos Bancos de Memórias do Fabricante Check Point, conforme especificações e condições contidas no Termo de Referência	----- -----			

## 6.2 Termo de Confidencialidade e Sigilo

A empresa <RAZÃO/DENOMINAÇÃO SOCIAL>, pessoa jurídica com sede em <ENDEREÇO COMPLETO>, inscrita no CNPJ/MF com o nº <N.º DE INSCRIÇÃO NO CNPJ/MF>, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada simplesmente EMPRESA RECEPTORA, por tomar conhecimento de informações sobre o ambiente computacional da Justiça Eleitoral do Rio de Janeiro, aceita as regras, condições e obrigações constantes do presente Termo.

1. O objetivo deste Termo de Confidencialidade e Sigilo é prover a necessária e adequada proteção às informações restritas de propriedade exclusiva do TRE-RJ reveladas à EMPRESA RECEPTORA em função da prestação dos serviços objeto do contrato nº \_\_\_\_/\_\_\_\_21.
2. A expressão “informação restrita” abrangerá toda informação escrita, oral ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: técnicas, projetos, especificações, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, fluxogramas, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, pendrives, fitas, contratos, planos de negócios, processos, projetos, conceitos de produto, especificações, amostras de idéia, clientes, nomes de revendedores e/ou distribuidores, preços e custos, definições e informações mercadológicas, invenções e idéias, outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, dentre outras.
3. A EMPRESA RECEPTORA compromete-se a não reproduzir nem dar conhecimento a terceiros, sem a anuência formal e expressa do TRE-RJ, das informações restritas reveladas.
4. A EMPRESA RECEPTORA compromete-se a não utilizar, bem como a não permitir que seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos utilizem, de forma diversa da prevista no contrato de prestação de serviços ao TRE-RJ, as informações restritas reveladas.
5. A EMPRESA RECEPTORA deverá cuidar para que as informações reveladas fiquem limitadas ao conhecimento dos diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos que estejam diretamente envolvidos nas discussões, análises, reuniões e demais atividades relativas à prestação de serviços ao TRE-RJ, devendo cientificá-los da existência deste Termo e da natureza confidencial das informações restritas reveladas.

6. A EMPRESA RECEPTORA firmará acordos por escrito com seus diretores, consultores, prestadores de serviços, empregados e/ou prepostos cujos termos sejam suficientes a garantir o cumprimento de todas as disposições do presente Termo.

7. A EMPRESA RECEPTORA obriga-se a informar imediatamente ao TRE-RJ qualquer violação das regras de sigilo estabelecidas neste Termo de que tenha tomado conhecimento ou ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo.

8. A quebra do sigilo das informações restritas reveladas, devidamente comprovadas, sem autorização expressa do TRE-RJ, possibilitará a imediata rescisão de qualquer contrato firmado entre o TRE-RJ e a EMPRESA RECEPTORA sem qualquer ônus para o TRE-RJ. Nesse caso, a EMPRESA RECEPTORA, estará sujeita ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo TRE-RJ, advindos de sua ação ou omissão, inclusive os de ordem moral, bem como os de responsabilidade civil e criminal, os quais serão apurados em regular processo judicial ou administrativo.

9. O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de acesso às informações restritas do TRE-RJ.

E, por aceitar todas as condições e obrigações constantes deste documento, a EMPRESA RECEPTORA assina o presente Termo através de seus representantes legais.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

[NOME DA EMPRESA RECEPTORA]

\_\_\_\_\_  
<Nome Legível do Representante Legal>

\_\_\_\_\_  
<Nome Legível do Representante Legal>

**Equipe de Planejamento da Contratação:**

_____ José Amaro dos Santos Filho – Matr. 09602002 – Integrante Demandante
_____ Márcio Dias Rodrigues – Integrante Administrativo

De acordo,

Rio de Janeiro, de de 2021

---

Michel Marchetti Kovacs

Secretário de Tecnologia da Informação

Rio de Janeiro, 30 de julho de 2021

---

**JOSE AMARO DOS SANTOS FILHO**  
**CHEFE DA SEÇÃO DE SUPORTE ÀS REDES LOCAIS**



Documento assinado eletronicamente em 30/07/2021, às 13:09, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

---

**MICHEL MARCHETTI KOVACS**  
**SECRETÁRIO(A) DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**



Documento assinado eletronicamente em 30/07/2021, às 13:21, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).

---

**MARCIO DIAS RODRIGUES**  
**TÉCNICO JUDICIÁRIO**



Documento assinado eletronicamente em 02/08/2021, às 13:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1871842** e o código CRC **8C528BE3**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.